Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 10, de 2016

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 28.069.799,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Explicação da Ementa:

Crédito suplementar no valor de vinte e oito milhões, sessenta e nove mil, setecentos e noventa e nove
reais, para reforço das seguintes dotações orçamentárias: 500 mil reais em favor da Justiça do Trabalho; e 27,6 milhões em favor de diversos órgãos do Poder Executivo. Os recursos são provenientes de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas individuais. O projeto visa remanejar dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento impositivo, conforme as indicações do Poder Legislativo ao Poder Executivo, encaminhadas nos termos do art. 65, caput, inciso II, alínea 'a', da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 – LDO-2016.

Assunto: Orçamento Público - Crédito Adicional

Data de Leitura: 13/07/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Destino: À sanção

Último local: -

Último estado: 15/09/2016 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Matérias Relacionadas:

Requerimento (CN) nº 83 de 2016

Requerimento (CN) nº 89 de 2016

Despacho:

13/07/2016 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(CN-CMO) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

TRAMITAÇÃO

03/10/2016 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Recebido e arquivado.

Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 10, de 2016

TRAMITAÇÃO

20/09/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Remetido Ofício CN n.º 447, de 20/09/2016, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando, para os devidos fins, o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei n.º 13.336, de 14 de setembro de 2016 (fl.133).

À COARQ.

19/09/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhada à publicação a Mensagem nº 491, de 2016, na origem, pela qual o Senhor Presidente da República restitui autógrafos do projeto de lei sancionado e convertido na Lei nº 13.336, de 14 de setembro de 2016.
Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e o envio de exemplar do autógrafo.

Publicado no DSF Páginas 280

15/09/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

15/09/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À SLSF, atendendo solicitação.

15/09/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Ação: (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 013.336 DE 2016.
DOU (Diário Oficial da União) - 15/09/2016 - Seção I - pág. 00001 a 00005.
Sancionada em 14/09/2016.

24/08/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Remetido Ofício CN nº 399, de 24/08/2016, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 71/2016, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 10/16-CN (fls. 73 a 91).

24/08/2016 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 57 a 73).

23/08/2016 PLEN - Plenário do Congresso Nacional

Situação: APROVADO O SUBSTITUTIVO

Ação: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 25/08/2016)
Encaminhado à publicação e inadmitido o Requerimento nº 83, de 2016-CN.
Encaminhado à publicação e prejudicado o Requerimento nº 89, de 2016-CN, em virtude do Plenário não ter admitido modificação da pauta, em consulta formulada pela Presidência.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 38, de 2016-CN, relator Deputado Júlio Lopes, concluindo pela apresentação de Substitutivo.

TRAMITAÇÃO

Discussão encerrada.
Aprovado o Substitutivo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
À sanção.

Publicado no DCN Páginas 397-424

Publicado no DCN Páginas 120-122

Publicado no DCN Páginas 112-120

Publicado no DCN Páginas 376-377

23/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao plenário.

10/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Matéria incluída na ordem do dia da Sessão Conjunta convocada para 23/8/2016, às 11 horas.

10/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: 14:09 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

03/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: INCLUÍDA EM ORDEM DO DIA

Ação: Matéria incluída na ordem do dia da Sessão Conjunta convocada para 10/8/2016, às 14 horas.

02/08/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: 19:43 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

02/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: À SLCN, por solicitação.

02/08/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Anexada à folha nº 28, Ofício nº 004/2016, de 02 de agosto de 2016, do Deputado César Messias, solicitando o encaminhamento do referido ofício ao relator da matéria, visando ajuste técnico em emenda parlamentar de sua autoria.

20/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Aguardando designação de relator.

TRAMITAÇÃO

19/07/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Publicada em avulsos e no DSF de 20/07/2016 a emenda apresentada ao projeto.

Publicado no DSF Páginas 135-136

19/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: À Secretaria de Atas e Diários para publicação da emenda apresentada.

19/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ação: Encerrado o prazo regimental, ao Projeto foi apresentada 1 (uma) emenda. Anexada às folhas de nºs 26 e 27. À SLCN para publicação.

14/07/2016 CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexado à folha de nº 25, Ofício nº 341 (CN), de 14/07/2016, da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, comunicando ao Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, que o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, enviou a Mensagem nº 392, de 2016, na origem, que encaminha o Projeto de Lei nº 10, de 2016-CN. Informa sobre a publicação do avulso da matéria e o encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento.

13/07/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.
É o seguinte o calendário de tramitação, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com o inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.242 de 2015 (LDO 2016):
13/07 Prazo para publicação de avulsos;
18/07 Prazo para apresentação de emendas;
19/07 Prazo para publicação de avulsos das emendas;
02/08 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.
À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 639-660

13/07/2016 SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

Ação: Ao plenário.

13/07/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 22 (vinte e duas) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLN 10/2016

Data: 13/07/2016

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 28.069.799,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Avulso inicial da matéria

Data: 13/07/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
É o seguinte o calendário de tramitação, estabelecido nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com o inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.242 de 2015 (LDO 2016):
13/07 Prazo para publicação de avulsos;
18/07 Prazo para apresentação de emendas;
19/07 Prazo para publicação de avulsos das emendas;
02/08 Prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.
À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Avulso de emendas

Data: 19/07/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Publicada em avulsos e no DSF de 20/07/2016 a emenda apresentada ao projeto.

Quadro Comparativo

Data: 18/08/2016

Autor: -

Local: null

Descrição/Ementa: Comparação sintética entre os créditos propostos pelo projeto e os já autorizados na Lei Orçamentária vigente, para as mesmas programações.

Avulso de parecer

Data: 23/08/2016

Autor: -

Local: Plenário do Congresso Nacional

Ação Legislativa: (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 25/08/2016)
Encaminhado à publicação e inadmitido o Requerimento nº 83, de 2016-CN.
Encaminhado à publicação e prejudicado o Requerimento nº 89, de 2016-CN, em virtude do Plenário não ter admitido modificação da pauta, em consulta formulada pela Presidência.
Encaminhado à publicação o Parecer nº 38, de 2016-CN, relator Deputado Júlio Lopes, concluindo pela apresentação de Substitutivo.
Discussão encerrada.
Aprovado o Substitutivo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
À sanção.

Descrição/Ementa: Parecer nº 38, de 2016-CN

Projeto de Lei do Congresso Nacional n° 10, de 2016

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLN 10/2016

Data: 24/08/2016

Autor: -

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício CN nº 399, de 24/08/2016, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 71/2016, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei nº 10/16-CN (fls. 73 a 91).